

Rumos

ABRIL/MAIO/JUNHO

2021

Economia &
Desenvolvimento

Edição especial



EM ALTA VELOCIDADE

Em edição especial, uma viagem pelos mais diferentes enfoques econômicos e sociais abordados no Fórum do Desenvolvimento 2021 que nos permitem pensar que trilhos devemos seguir para a construção de um futuro sustentável e diverso.

ENTREVISTA

O presidente da ABDE, Sergio Gusmão Suchodolski, comenta os desafios da retomada econômica.

REPORTAGEM

Especialistas apresentam a importância da diversidade para o desenvolvimento.

LIVROS

Economia, política, direito e mais na seção de obras recomendadas pela *Rumos* nesta edição.

Se tem estreia no @cine_luna, a chapa esquentada no @burguerdobeto.

Atrás de um ingresso, vem um hambúrguer, um sorvete.
E o programa fica completo com a Sipag no final.
Além de facilidade para quem compra, a Sipag oferece
apoio e parceria para quem vende ainda mais.
Experimente.

Se tem Sipag, tem negócio.

Saiba mais: sipag.com.br.



sipag SOLUÇÕES
INTEGRADAS DE
PAGAMENTO

Central de Atendimento Sipag: Capitais: 3004-2013
Demais localidades: 0800-757-1013 | Todos os dias, das 8h às 22h
Ouvidoria: 0800-646-4001 | De segunda a sexta, das 9h às 18h
Deficientes auditivos ou de fala: 0800-940-0458

AO LEITOR

A disruptura social, econômica e emocional decorrente da crise sanitária causada pelo novo coronavírus ainda vai ter seus desdobramentos mapeados, estudados e entendidos, mas, enquanto o processo se revela diante de nossos olhos, é impossível não pensar aonde chegaremos quando tudo passar, quando o novo normal deixar seu caráter de novidade para virar apenas o cotidiano. Antes disso acontecer, temos a chance de pensar que caminhos devemos seguir para a construção de um futuro sustentável e diverso. E, sobre pensar quais seriam esses caminhos, é que especialistas brasileiros e internacionais estiveram reunidos, virtualmente, no Fórum do Desenvolvimento da ABDE, em abril deste ano. Nesta edição especial da *Rumos*, trazemos uma cobertura do evento, com leituras amplas e interdisciplinares, do desenvolvimento em transição, tema do evento, que estamos vivenciando e que se revela, a nós, a cada dia.

É uma oportunidade de pensar processos, etapas e rever as oportunidades que podem ser erguidas daqui em diante, sem esquecer os aprendizados e as escolhas que, no passado, nos trouxeram até aqui.

Confira! Boa Leitura!

Thais Sena Schettino
Editora

NESTA EDIÇÃO

06 **REPORTAGEM**
Desenvolvimento
com Diversidade

22 **SISTEMA NACIONAL
DE FOMENTO**

24 **LIVROS**

DESTAQUES

Arquivo pessoal



04

ENTREVISTA | Sergio Gusmão
Suchodolski

**Novos caminhos
para o
desenvolvimento**

Noel Joaquim Faiad



08

CAPA

**Desenvolvimento
em transição**



Marcus Desimoni

Novos caminhos para a retomada

Em entrevista à *Rumos*, o presidente da ABDE, Sergio Gusmão Suchodolski, que teve o mandato renovado para mais um período à frente da instituição, comenta o papel fundamental que o Sistema Nacional de Fomento tem desempenhado durante a crise atual e destaca o lugar fundamental da agenda da sustentabilidade para que o país e o mundo voltem a crescer.

RUMOS – O Brasil ainda enfrenta uma crise de grandes dimensões em função da Covid-19. Qual o papel do Sistema Nacional de Fomento no processo de retomada econômica? O que as IFDS têm feito e o que podem fazer para contribuir com o país na superação dessa crise?

SERGIO GUSMÃO SUCHODOLSKI – A crise sem precedentes da pandemia da Covid-19, com grande impacto sobre os mercados financeiros, os tecidos produtivos e a realidade social, evidenciou a urgência de que encontremos respostas e novos caminhos para o desenvolvimento brasileiro. As entidades que compõem o SNF têm sido fundamentais para socorrer as micro e pequenas empresas durante a pandemia, por meio da oferta de linhas de crédito destinado a este público. No ano passado, a carteira de crédito ativa do SNF cresceu 41% no

segmento de MPMEs em relação ao valor registrado pelo Sistema em dezembro de 2019, totalizando R\$ 210 bilhões. Nas Instituições Financeiras de Desenvolvimento subnacionais, 61% da carteira de crédito em dezembro de 2020 estava comprometida com esse segmento.

Além disso, em dezembro de 2020 foi registrada uma mudança no perfil da carteira de crédito do SNF, respondendo à maior necessidade de capital de giro das empresas durante a crise da Covid-19. A carteira de crédito para capital de giro cresceu 74% em relação ao início da pandemia, em março de 2020. Ou seja, foi essencial para a gestão financeira dos pequenos negócios.

Vale destacar ainda que o papel dos fundos garantidores tem sido fundamental neste momento em que a economia co-

meça a dar indícios de recuperação. Eles tiveram papel estratégico no ano passado e precisam ser mantidos para ajudar as empresas, que necessitam de aumento do crédito para manter as suas atividades em ação. Ao longo desse período, cerca de R\$ 130 bilhões foram financiados com apoio de recursos dos programas emergenciais de garantia de crédito, como o Pronampe FGO e o PEAC FGI.

RUMOS – Durante o Fórum do Desenvolvimento, realizado em abril pela ABDE, os diferentes debatedores apontaram para a necessidade de reconstrução da economia global em bases mais sustentáveis. Como fazer essa transição para um modelo de desenvolvimento que tenha a sustentabilidade como norte?

SUCHODOLSKI – As situações decorrentes da pandemia mostraram a necessidade de mobilizar capital para impulsionar ações visando o desenvolvimento sustentável no Brasil e no mundo. A retomada vai exigir um olhar sustentável, buscando o alinhamento com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Afinal, entramos na última década de ação para atingir as 169 metas previstas pela ONU. Para as instituições do Sistema Nacional de Fomento, trata-se, mais uma vez, de assumir o compromisso de agir como veículos de transformação, reorientando investimentos em direção a uma economia mais sustentável e inclusiva.

A ABDE e seus membros têm exercido papel de liderança para ajudar o Brasil a cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e aprimorar a agenda de investimento sustentável. Estamos sintonizados com esse propósito, tanto do ponto de vista regional, quanto nacional e internacional. De 2015 até meados do ano passado, os títulos verdes movimentaram US\$ 8,1 bilhões no Brasil e as emissões efetivamente realizadas pelo SNF totalizam US\$ 1 bilhão. São resultados expressivos e que trabalharemos para ampliar de forma significativa nos próximos anos.

RUMOS – Quais são as oportunidades que a ABDE enxerga para o Brasil nesse novo modelo, em que outro conceito também ganhou centralidade: os fatores ESG como primordiais para o desenvolvimento das organizações?

SUCHODOLSKI – Estamos certos de que a tendência mundial da aceleração de uma agenda global para o financiamento de projetos sustentáveis pode, deve e precisa favorecer o Brasil. Vivemos uma oportunidade de relançamento da economia por meio de investimentos em infraestrutura alinhados com o desenvolvimento sustentável. Segundo um relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), realizado em parceria com a GIZ e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e divulgado no fim do ano passado, o país registrou aumento na aplicação de créditos sustentáveis.

O estudo apresentou *cases* do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) na aplicação de financiamentos para projetos sustentáveis – a carteira verde do BDMG, por exemplo, saltou de 15% em 2018 para mais de 56% em 2020, enquanto 54% da carteira do BNDES tem ligação com a economia verde ou o desenvolvimento social. Em 2020, as instituições financeiras de desenvolvimento captaram mais de US\$ 2 bilhões em operações de sete instituições que têm operações externas. Em 2019, 67% dos bancos subnacionais já haviam lançado produtos climáticos no mercado com condições diferenciadas (prazo maior, taxa menor, garantias mais flexíveis etc.), com foco em energia limpa, eficiência energética, transporte eficiente.

Esse alinhamento às agendas globais de desenvolvimento sustentável certamente facilita a comunicação com o investidor. E essa é uma oportunidade do SNF liderar a agenda de ESG, em função do conhecimento das realidades locais e também por sua capilaridade. Um estudo da OCDE já apontou que 65% das 169 metas subjacentes aos ODS não serão alcançadas sem o envolvimento adequado e a coordenação com os governos locais e regionais. As IFDs têm, portanto, um papel fundamental por conhecerem as realidades locais e possuírem a *expertise* necessária para mobilizar capitais públicos e privados, inclusive internacionais, e informações na conformação de novos cenários alinhados aos ODS.

RUMOS – De que forma as parcerias com as instituições internacionais e multilaterais podem contribuir para o objetivo de ampliar o crédito sustentável?

SUCHODOLSKI – Considero muito importantes. No ano passado, em setembro, a ABDE firmou parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O acordo prevê capacitações e apoio ao desenvolvimento de metodologias visando alinhar o país às 17 ODS e suas 169 metas, que devem orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional nos próximos 10 anos. Considero essa parceria fundamental para avançarmos no desenvolvimento sustentável e auxiliarmos o país a atingir as ODS. Afinal, a ABDE é uma ferramenta essencial para alinhar o conhecimento local com as agendas globais de desenvolvimento.

Além desse acordo, a Associação tem parcerias estratégicas com outras instituições internacionais, como o BID, a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), a Agência Francesa de Desenvolvimento e o Prosperity Fund, do governo britânico. E as próprias instituições associadas têm ampliado sua interlocução com organismos multilaterais de desenvolvimento para diversificar suas fontes de recursos e ampliar o investimento no país, sempre em linha com a agenda da sustentabilidade.



Pixabay

Desenvolvimento com diversidade

A promoção de um ambiente mais diverso é apontada como um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento de um país. Especialistas ouvidos pela *Rumos* comentam como empresas podem colaborar para a criação desse ambiente. **POR MAITÊ RODRIGUEZ***

Diversidade é a palavra do momento. Embora seja um tema antigo, a pauta está mais atual do que nunca. Em 2020, por exemplo, o mundo foi impactado pelo movimento Vidas Negras Importam, com uma onda de protestos sendo realizados em diversos países. A luta feminista também vem se fortalecendo ao longo dos anos, enquanto os direitos de pessoas LGBTQ+ são constantemente debatidos na sociedade. Mas, afinal, o que é a diversidade? Conceitualmente, é a reunião do que contém aspectos e características distintas. No contexto social, podemos dizer que diversidade é a convivência de pessoas de gênero, etnia, cultura ou orientação sexual diferentes.

Nesse aspecto, a promoção de um ambiente mais diverso é apontada como um dos fatores mais importantes para o

desenvolvimento de um país. Como pontua o diretor da Rede Brasil do Pacto Global, Carlo Pereira, sobre o assunto: “Sem diversidade não tem como o país se desenvolver, estaríamos deixando a maior parte da população de fora. No Brasil, quando tratamos de diversidade, na verdade não estamos falando em incluir minoria, mas sim em incluir maiorias minorizadas”. O especialista explica que, numericamente, mulheres e pessoas negras são maioria, porém, estão distantes das esferas de poder, sendo sub-representadas.

A partir desse cenário, Carlo Pereira afirma que as empresas desempenham um papel muito importante no

* Estagiária, sob a supervisão da Redação.

estímulo da agenda da diversidade. “Todos nós, pessoas físicas e jurídicas, temos responsabilidade com o país que vai aumentando à medida que você tem maior poder, seja financeiro ou de influência. Quanto maior a empresa, maior a responsabilidade dela, não só internamente, mas também de usar seu poder para fazer a sociedade progredir”, relatou. Pereira ainda destaca pesquisa da Edelman Trust Barometer que aponta que 90% dos brasileiros esperam que as empresas e seus líderes se posicionem com relação a temas da sociedade, como a diversidade.

O diretor administrativo e financeiro do Instituto Identidades do Brasil (ID_BR), Tom Mendes, também enfatizou o compromisso do setor privado na pauta: “As empresas ocupam um lugar gigantesco na sociedade e por muitos anos não se devolveu para a população. Atualmente, o papel delas é essencial, uma vez que estamos falando de fatores econômicos para essa mudança”. Ele aponta a repercussão do caso do assassinato de George Floyd, em 2020, nos Estados Unidos, como principal motivo que levou as instituições a prestarem mais atenção nas pautas raciais e de inclusão, que muitas vezes eram deixadas de lado.

“Nas empresas, a pauta da diversidade sempre esteve abaixo do Recursos Humanos (RH). Hoje, esse perfil tem mudado. Cada vez mais a sociedade como um todo tem implementado ações e projetos que visam uma melhoria nos resultados dos indicadores que falam sobre diversidade. Há uma agenda mundial e as empresas já perceberam que agora, principalmente com a implementação do ESG (Environmental, Social and Governance), a pauta racial e a de gênero têm ganho um espaço enorme”, completou Mendes.

Em relação às medidas que uma empresa deve tomar para que haja uma maior diversidade no ambiente corporativo, os especialistas afirmam que o primeiro passo é fazer um censo interno e identificar nos funcionários quem são maioria e minoria, a diferença salarial entre os grupos, os cargos geralmente ocupados por homens e mulheres, verificar se há representatividade de pessoas negras, LGBTQ+, com deficiência física, e demais aspectos. Estabelecer metas e definir prazos é fundamental para o processo de inclusão de equipes diversas, pois dessa maneira há um maior incentivo e a questão é levada a sério pelos líderes da instituição.

Como representante de uma organização pioneira que busca reduzir a desigualdade racial no mercado de trabalho, Tom Mendes destaca que o investimento é de extrema importância para as empresas que querem trabalhar essa pauta. “Dentro da massa crítica que nós temos no Brasil, como por exemplo a população negra, eu consigo encontrar todo e qualquer tipo de profissional. E se por algum acaso eu não encontrar, eu treino essas pessoas. Quando falamos de

Há uma agenda mundial e as empresas já perceberam que agora, principalmente com a implementação do ESG, a pauta racial e a de gênero têm ganho um espaço enorme.

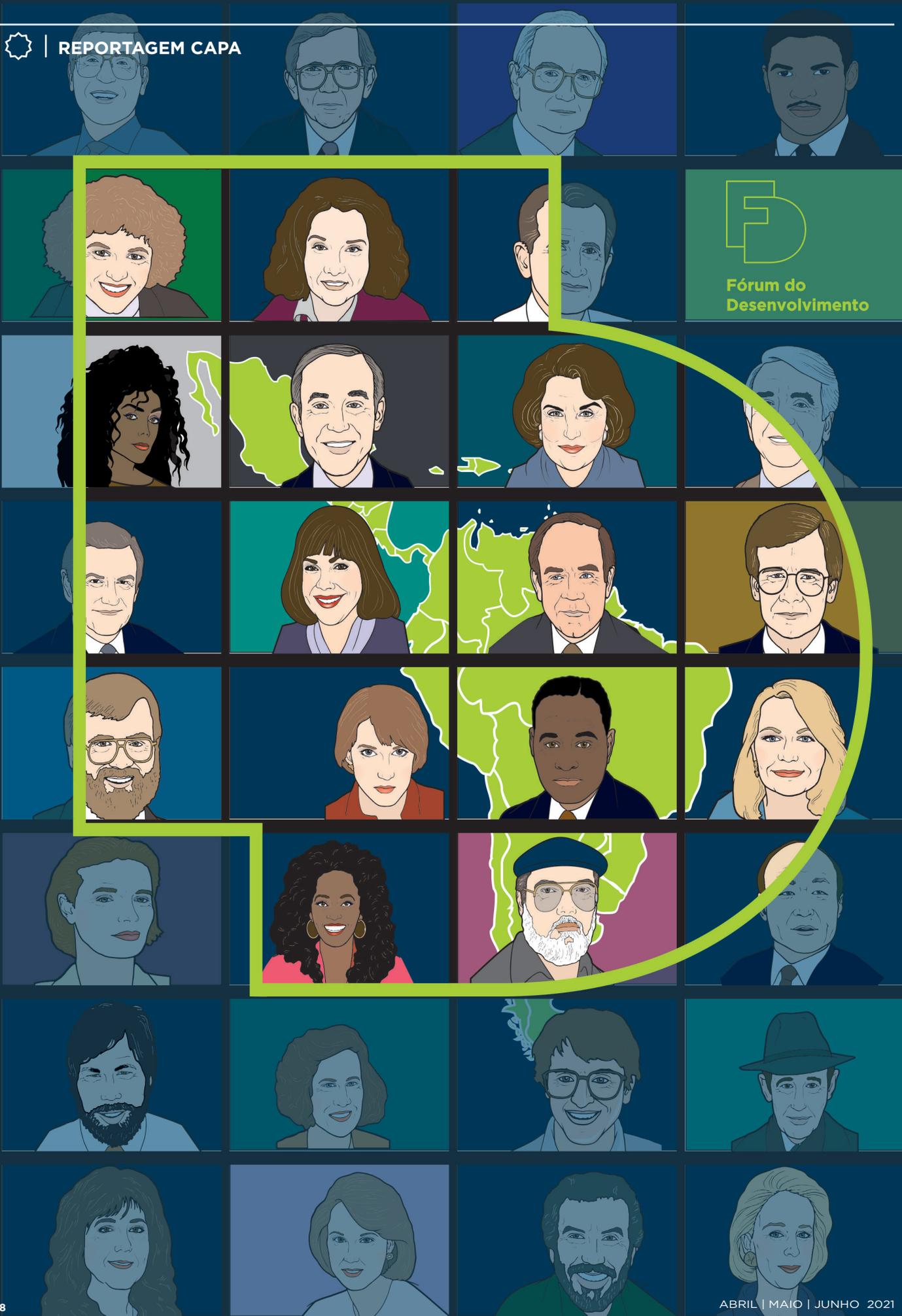
Tom Mendes
Instituto Identidades do Brasil

diversidade, temos que pensar em dois pilares: investimento e oportunidades”, expôs.

Focando em outra pauta da diversidade, Melissa Cassimiro, advogada negra e travesti, explica que “quando falamos em representatividade de pessoas LGBTQI+ em ambientes corporativos, ainda há obstáculos em todos os níveis quando a empresa não proporciona ambiente seguro para que estas pessoas possam assumir suas identidades e orientações”. Dando o exemplo da população trans, ela completa dizendo que “é necessário, enquanto sociedade civil, humanizarmos as pessoas transgêneras garantindo afeto e acesso para que possamos trabalhar a empregabilidade, lembrando que há muita gente talentosa, fora do mercado de trabalho, aguardando somente uma oportunidade”.

Acerca dos benefícios, dados apontam que empresas diversas têm 36% de chance a mais de serem lucrativas. Isso porque a produtividade e a criatividade tendem a aumentar em um ambiente diversificado, trazendo assim melhores resultados. Uma companhia que promove a interação de pessoas e culturas diferentes também é mais inovadora, característica que se destaca no mercado atualmente. “É bom para o negócio e para todo o ecossistema envolto à marca, incluindo a confiança que esta receberá do público consumidor e dos novos profissionais que buscam iniciar carreira em corporações que tenham a diversidade como valor”, completou Melissa Cassimiro.

É importante ressaltar que, apesar de o setor privado carregar uma grande responsabilidade social, a diversidade precisa estar presente em todos os segmentos da sociedade: na política, na educação, na economia e na convivência humana. Melissa conclui afirmando que “ainda há muito a ser feito, mas é preciso acreditar em algumas mudanças já visíveis e acreditar em tantos outros potenciais e oportunidades que estão por vir”.



F
Fórum do
Desenvolvimento

Desenvolvimento em transição

Edição 2021 do Fórum do Desenvolvimento, a maior já realizada pela ABDE, reuniu mais de 100 especialistas de diversas partes do mundo para debater a recuperação econômica e o papel das instituições de fomento para a construção de um futuro sustentável. **POR CARMEN NERY**

Atualmente, existem no mundo 453 bancos de desenvolvimento espalhados por 150 países, que possuem ativo total de US\$ 11,3 trilhões, desembolsos anuais estimados em US\$ 2,2 trilhões e são responsáveis por cerca de 10% do investimento global. O Banco de Desenvolvimento da China é o maior do mundo, com ativos de US\$ 2,4 trilhões. Hoje, mais do que nunca, essas instituições terão papel relevante para superação da crise atual e retomada de um crescimento sustentável.

Os dados foram apresentados no primeiro dia da edição 2021 do Fórum do Desenvolvimento pelo consultor Sênior da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), Régis Marodon. O Fórum foi realizado pela Associação Brasileira do Desenvolvimento (ABDE) de 26 a 30 de abril, pela primeira vez de forma on-line, com palestras, debates e mesas-redondas. A íntegra dos debates está disponível no canal da ABDE no Youtube.

Além de representantes nacionais e internacionais das principais instituições financeiras do mundo, participaram do evento os governadores Eduardo Leite (Rio Grande do Sul), Fátima Bezerra (Rio Grande do Norte), Romeu Zema (Minas Gerais), Ronaldo Caiado (Goiás), João Dória (São Paulo), Wellington Dias (Piauí) e Flávio Dino (Maranhão). Presidentes de bancos de desenvolvimento, agências de fomento, instituições de financiamento ao desenvolvimento e dos bancos cooperativos e pesquisadores acadêmicos também estiveram presentes.

Atores internacionais e do Sistema Nacional de Fomento (SNF), que contempla 34 instituições em todo o território brasileiro, debateram caminhos para a retomada do desenvolvimento sustentável brasileiro, após destacada atuação para mitigação dos efeitos na economia com a crise sanitária da Covid-19.

Foi consenso de que o novo coronavírus tornou a Agenda 2030 mais urgente do que nunca. Para a secretária-geral adjunta da Organização das Nações Unidas (ONU),

Amina J. Mohammed, essa agenda precisa ser a bússola que guiará os países para um futuro mais sustentável, e o Brasil pode liderar o caminho para a direção correta de toda a humanidade. A declaração de Amina, na abertura do evento, sintetiza o entendimento geral sobre a importância de medidas em comum para orientar a retomada econômica.

O presidente da ABDE e do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Sergio Gusmão Suchodolski, ressaltou, no primeiro dia do evento, a necessidade da união do sistema de fomento para a criação de um futuro mais sustentável. “Para as instituições do Sistema Nacional de Fomento trata-se, mais uma vez, de assumir o compromisso de agir como veículos de transformação, reorientando investimentos em direção a uma economia mais sustentável e inclusiva”, disse.

Na mesma direção, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Gustavo Montezano, destacou a importância dos bancos de desenvolvimento e agências de fomento para socorrer as empresas durante a crise da pandemia. “Nesse momento que o mundo se reposiciona, é importante que os bancos públicos tragam essas reflexões para suas estratégias. Nesse sentido, temos procurado incorporar dentro do BNDES uma atuação diversificada”, afirmou Montezano.

O Fórum debateu os impactos da Covid-19 nos mercados financeiros e como os bancos de desenvolvimento e agências de fomento podem contribuir para a recuperação da economia por meio da mobilização de recursos. Apesar dos desafios enfrentados pelos países da região, a América Latina pode superar bem a pandemia e retomar o crescimento, na avaliação da economista Rebeca Gryspan, secretária-geral Ibero-Americana, e do vice-presidente de Países do BID, Richard Mar- >>



Amina J. Mohammed, secretária-geral adjunta da ONU.

tínez Alvarado, que participaram da palestra inaugural do evento. Para Rebeca, embora a região tenha sido afetada fortemente pela crise, há motivos para otimismo.

“Temos razões para pensar que podemos superar essa pandemia, nos movendo na direção de um novo paradigma de crescimento sustentável, isso dependerá do que fizermos e o que o mundo fará. Vamos precisar dos bancos de desenvolvimento de fomento”, diz a secretária.

Rémy Rioux, presidente da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e do International Development Finance Club (IDFC), o “clube” dos bancos de desenvolvimento, enfatizou o potencial das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFDs) para colocar em prática políticas de desenvolvimento sustentável de longo prazo. “Temos que fazer o dever de casa entre os bancos de desenvolvimento. Os governos são nossos acionistas e temos que prestar atenção ao que estamos fazendo”, disse.

Durante a apresentação do Painel “SNF entre a crise da Covid-19 e a retomada sustentável”, integrantes do Sebrae, Banco do Brasil, da Fomento Paraná e do Sicoob apresentaram as ações realizadas para frear os efeitos da pandemia na economia e discutiram os desafios para impulsionar a retomada em bases sustentáveis.

UM MUNDO EM TRANSIÇÃO

No segundo dia, o foco foram as transformações geo-

políticas, a reorganização das cadeias produtivas na economia global e a maior integração e cooperação entre países e regiões para fomentar o desenvolvimento. Abrindo os trabalhos, o destaque foi a entrevista especial com o economista José Antonio Ocampo, ex-secretário-executivo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e ex-secretário econômico da ONU, além de professor da Universidade de Columbia, que falou sobre Desafios e Tendências de um mundo em transição. Para Ocampo, a crise da Covid-19 é a pior do século em nível global. A contração do Produto Interno Bruto (PIB) foi pior até do que em 2009 e a recessão atual só é comparável à Grande Depressão da década de 1930.

“Mas a crise atual é mais síncrona e a velocidade de recuperação é desigual. A China foi a mais afetada no primeiro trimestre de 2020, mas depois a epidemia se alastrou. Avanços na vacinação ocorrem mais rapidamente nos EUA e no Reino Unido, e todo o mundo em desenvolvimento está atrasado. A América Latina está entre as mais afetadas, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), não devendo recuperar em 2021 o que perdeu em 2020”, analisou Ocampo.

Ele destacou que a crise atual chegou após cinco péssimos anos nas economias da região, em que as taxas de crescimento foram as piores do período pós-guerra, especialmente no Brasil. E a capacidade desses países responderem à crise foi limitada pelo aspecto fiscal. “Somos responsáveis, em grande parte, pela intensidade da crise e não podemos creditá-la apenas a fatores externos. Mas, apesar da crise financeira, 13 países da região tiveram acesso a financiamento privado internacional a um custo relativamente baixo graças à redução das taxas de juros e avaliação de risco”, completou Ocampo.

Com palestrantes dos cinco continentes, o Fórum apresentou no segundo dia três painéis de discussão. O primeiro, “Conexões: Ásia, África e Oriente Médio”, foi coordenado pelo secretário de assuntos econômicos internacionais do Ministério da Economia, Erivaldo Gomes, com as participações de Khaled Sherif, vice-presidente de desenvolvimento regional do African Development Bank; Amadou Diallo, diretor de práticas globais e infraestrutura do Islamic Development Bank (IsDB); e Joachim von Amsberg, vice-presidente do Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB).

O secretário Gomes destacou que vivemos numa vila na economia global, em que todos os destinos estão conectados pela Covid, pelas mudanças climáticas e também pelos ganhos obtidos com a globalização. “Tudo isso indica como temos de colaborar uns com os outros. Os bancos de desenvolvimento têm papel importante no nível local, com os recursos que têm canalizado e a *expertise* técnica

Instituições Financeiras de Desenvolvimento pelo Mundo



Cerca de **450** bancos de desenvolvimento em todo o mundo



Somados, possuem **11,2 trilhões** de dólares em ativos



Desembolsos anuais estimados em **2,2 trilhões** de dólares



Responsáveis por cerca de **10%** do investimento global

Fonte: Finance in Common

que têm oferecido”, destacou.

Khaled Sherif, vice-presidente de desenvolvimento regional do African Development Bank, informou que o banco tem presença em mais de 54 países e tem procurado se pautar estrategicamente pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. “A África é um mercado de grande potencial e espera alcançar um PIB de US\$ 5,6 trilhões. A União Africana estabeleceu três blocos, aumentando a integração regional; mais especificamente, o African Development Bank tem um papel primordial na estratégia de desenvolvimento continental”, afirmou Sherif.

Joachim von Amsberg, vice-presidente do banco asiático, destacou as oportunidades de conexões físicas, econômicas e institucionais do Brasil com a região. O banco é focado em infraestrutura de transporte, logística, energia e de dados, este cada vez mais fundamental. “A conexão econômica transfronteiriça vem se desenvolvendo há décadas na região por meio do comércio internacional entre os países”, ressaltou.

No segundo painel, “Desenvolvimento e Integração da América Latina”, foram discutidas a gestão da crise e as oportunidades de desenvolvimento da região a partir da cooperação. O painel foi moderado por Edgardo Alvarez, secretário geral da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (Alide), com a participação de Jorge Arbache, vice-presidente do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), Dante Mossi, presidente do Banco Centroamericano de

Integración Económica (BCIE), Juan Notaro, presidente do Fonplata, e Juan Cuattromo, presidente do Banco de la Provincia de Buenos Aires.

Para Alvarez, a integração é particularmente cara à Alide, que tem 86 membros da América Latina e o Caribe, além de Ásia, Europa e organismos multilaterais. “Os tempos são difíceis, mas, ao mesmo tempo, representam uma oportunidade para aprofundarmos os vínculos entre nossos países e potencializar o desenvolvimento regional principalmente num campo crítico como a saúde”, afirmou Alvarez.

“Mesmo em tempos difíceis, não modificamos nossos objetivos e desafios estratégicos, retomando para o Banco da Província o papel como ator de desenvolvimento econômico e produtivo, que havia perdido nos últimos anos”, revelou Cuattromo.

Jorge Arbache, vice-presidente do CAF, afirmou que um dos pilares da instituição é a integração regional por meio de infraestruturas físicas – como pontes, cabos submarinos e internet – e também não físicas. No campo não físico ele destacou o esforço de facilitação de trocas de comércio e de mercado de capitais no sentido de apoiar especialmente o setor privado.

“A CAF entende que apoiar as cadeias de »



Divulgação



Juan Cuattromo, presidente do Banco de la Provincia de Buenos Aires.

valor regionais requer apoiar a diversificação produtiva e atividades de cadeias de valor mais longas que têm o maior potencial de desenvolvimento especialmente em áreas urbanas. Vale lembrar que a América Latina é a região mais urbana do mundo e isso deveria ser levado em consideração no momento da avaliação de projetos”, recomendou Arbache.

Dante Mossi, presidente do BCIE, ressaltou a reunião, em março do ano passado, entre todos os presidentes da América Central, em que foi aprovado o primeiro pacote de ajuda para a região, apoiando os setores públicos para serviços emergenciais. “Além da Covid, tivemos na América Central dois furacões, devido às mudanças climáticas. Todos os países foram afetados e precisamos de US\$ 15 bilhões para os próximos cinco anos, a fim de transformar

as indústrias da América Central. Há uma necessidade de financiamento muito grande”, informou Mossi.

A ciência, a tecnologia, a inovação e o empreendedorismo dominaram os debates do terceiro painel do dia, “Desafios para o desenvolvimento global: agendas de futuro”, moderado pelo diretor da Finep, André Godoy. Um dos destaques foi a apresentação de Édson Luis Bolfe, coordenador do relatório “Visão 2030” da Embrapa.

Participaram ainda os representantes do BID, Morgan Doyle, e da International Finance Corporation, Carlos Pinto, e o CEO da Sosa, Uzi Scheffer. Para comentar os debates estavam presentes os presidentes do Desenvolve SP, Nelson de Souza, e da AgeRio, André Luiz Villaverde. Para Godoy, o tema da ciência, tecnologia e inovação é fundamental no contexto atual de desenvolvimento.

Bolfe, da Embrapa, apresentou os resultados do relatório focado na Agricultura Digital 4.0, por meio do sistema de análises estratégicas da Embrapa, que registrou crescimento de 35% na demanda por alimentos desde o início do relatório em 2015. O Brasil produz de 250 a 270 milhões de toneladas de grãos, 28 milhões de toneladas de carnes e 43 milhões de toneladas de frutas, o equivalente a 22% do PIB, 31% da força de trabalho e 46% da exportação para 150 países, alimentando 1 bilhão de pessoas.

“O Brasil tem 61,5% do território como área florestal e a agropecuária ocupa 30% do país. A área plantada saiu de 36,6 milhões de hectares em 1978 para 65,9 milhões em 2020, uma expansão de 80%; enquanto a produção evoluiu de 38,2 milhões de toneladas para 257,8, um crescimento de 450%. Isso mostra os ganhos de produtividade. Esse ganho foi obtido por diversos fatores ambientais e de políticas públicas, empreendedorismo das cadeias, e sobretudo da tecnologia, que responde por 45% desse crescimento”, analisa.

Uzi Scheffer, CEO da Sosa, destacou a parceria estratégica com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) para acelerar a inovação no setor industrial brasileiro, trazendo o país para perto das tecnologias líderes no mundo. Morgan Doyle, representante do BID no Brasil, afirmou que os desafios que se apresentam são multifacetados e reque-



rem colaboração para fazer frente às demandas das crises sanitária e econômica e às condições estruturais de desigualdades expostas ainda mais pela pandemia.

“Estima-se que mais de 20 milhões de pessoas na região passaram para a condição de pobreza em 2020. Embora espere-se uma recuperação das economias este ano e no próximo, a renda *per capita* não se recuperará aos níveis pré-pandemias por vários anos, pelo menos até 2025. O BID e a comunidade multilateral têm se unido aos esforços imediatos e têm aprovado a aplicação de recursos para mitigar os efeitos das crises”, informou Doyle.

O presidente do Desenvolve SP, Nelson de Souza, destacou a importância da Embrapa e de linhas de financia-

mento da agência ao agronegócio, como a linha Economia Verde, que já financiou quase R\$ 500 milhões. O presidente da AgeRio, André Luiz Villaverde, ressaltou a parceria com o BID na área de energia fotovoltaica, e o lançamento recente da linha Supera Rio, voltada para Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs).

No encerramento do segundo dia do evento, o secretário especial de comércio exterior e assuntos internacionais do Ministério da Economia, Roberto Fendt, apresentou as tendências que vinham se desenhando e ganharam força com a imersão do mundo numa crise sani- »

Joanesburgo, na África do Sul. O vice-presidente, Khaled Sherif, afirmou que o African Development Bank tem um papel primordial na estratégia de desenvolvimento continental.

Pixabay





tária planetária. Para ele, a pandemia deixará marcas por vários anos. O mundo tenta restabelecer as cadeias globais de valor, mas é fato que já havia mudanças anteriores em curso, com maior ênfase na regionalização.

“As relações de trabalho foram profundamente afetadas. O desemprego pode resultar em perdas substanciais de rendimento. Acelerou-se o processo de digitalização, com profundas consequências em termos de emprego e de produtividade. Com o apoio oficial para fortalecer as empresas, apesar da contínua fragilidade macroeconômica. Para ele, a recuperação será desigual entre os países, o que pode levar a repercussões financeiras. Com as perdas de renda nas economias emergentes, a pobreza extrema aumentou.

“Nesse cenário amplo e desafiador, o Brasil busca encontrar maneiras de superar obstáculos”, resumiu o secretário, destacando a necessidade de aprovação das reformas.

SISTEMA FINANCEIRO

Com o tema “O Sistema Financeiro em Transição”,

o terceiro dia abordou as transformações e novas tecnologias do setor. A palestra magna “Estabilidade financeira e desenvolvimento sustentável”, proferida pelo vice-diretor geral do BIS, Luiz Awazu Pereira, abriu os trabalhos. No painel Regulação, Instrumentos Inovadores e Parceiras para o Desenvolvimento, Marcelo Barbosa, presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), apresentou as inovações regulatórias no mercado de capitais. Também foram apresentados os casos na área financeira da Agência de Fomento do Rio Grande do Sul (Badesul) e do Sicredi.

No painel Desenvolvimento e Inclusão Financeira, moderado por Giovanni Bevilacqua, economista do Sebrae Nacional, foram apresentados os exemplos das agências de fomento dos estados de Goiás (GoiásFomento) e de Santa Catarina (Badesc) e apresentações de agentes que atuam na inclusão financeira.

Rivael Aguiar, presidente da GoiásFomento, informou que em 2020 a agência precisou migrar de uma visão de médio e longo prazo para capital de giro, a fim de socorrer as empresas. “Fizemos uma reestruturação interna



O evento também abordou as inovações e novas tendências no mercado de capitais.



para ajudar as empresas que tinham dificuldade de acessar o crédito dos bancos comerciais. Com isso conseguimos um crescimento de 152% na carteira de crédito”, informou Aguiar.

Eduardo Alexandre Machado, presidente do Bades, defendeu a proposta de uma política nacional de fomento em que a questão da inclusão financeira possa ser tratada. Ele contou que, já em 1999, inspirada por Mohamed Yunus, a instituição criou o sistema de microcrédito para levar crédito aos desbancarizados de Santa Catarina.

Paula Salomão, gerente de novos negócios na Antera, apresentou a visão de mercado de investidor de *venture capital* e o ciclo clássico de investimento em *startup*, do vale da morte ao período de grande crescimento. Ela mostrou que o capital contribui em todas as fases desse ciclo, desde o aporte de amigos, familiares e investidores anjo a agências de fomento na subvenção no estágio inicial. “Quando a empresa transpõe o vale da morte, passa a ter acesso aos fundos e investidores de risco ou *private equity*. E, fechando o ciclo, pode abrir o capital. Há desde os mecanismos de financiamento tradicionalmente utilizados e novos modelos, como *equity crowdfunding*”, resumiu Paula.

Sergio All, fundador da Conta Black, apresentou sua trajetória para a inclusão de empreendedores negros e desbancarizados à margem do sistema financeiro. Para ele, a inclusão está no cerne da inovação. Ele afirmou ter criado a Conta Black para desburocratizar o acesso a serviços financeiros.

“Tínhamos três missões: educação financeira, criar uma ferramenta financeira acessível e tentar substanciar do termo banco, comunicando que somos uma comunidade financeira de pessoas. Além de três mil membros ativos, temos uma fila de 23 mil pessoas em análise e mais de R\$ 2 milhões de transações no primeiro semestre e R\$ 1,5 milhão para microcrédito”, afirmou All.

Renato Vicente, diretor de *data science* da Serasa Experian, afirmou que hoje há diferentes redes de in-

Estima-se que mais de 20 milhões de pessoas na América Latina passaram para a condição de pobreza em 2020. Embora espere-se uma recuperação das economias este ano e no próximo, a renda *per capita* não se recuperará aos níveis pré-pandemias por vários anos, pelo menos até 2025.

Morgan Doyle, BID

formação que permitem realizar um processo de data-tização de todas as transações. A estrutura elástica da computação na nuvem e da computação distribuída, que permitem processar um volume grande de dados e o aprendizado de máquina, contribuem para melhores análises. Há ainda a hiperpersonalização das informações, permitindo conectar as necessidades das pessoas à oferta de crédito.

No segundo painel, foi apresentada a palestra Perspectivas do Desenvolvimento Regional no Brasil, por Daniel Ferreira, secretário-executivo adjunto do Ministério do Desenvolvimento Regional, que contou com a moderação de Paulo Costa, diretor da Agência de Fomento da Bahia (Desenbahia), e participação de Sérgio Caetano Leite, subsecretário de programas do Consórcio do Nordeste, Wilson Quinteiro secretário executivo do Codesul; Valdecir Tose, presidente do Banco da Amazônia, e Paulo Henrique Costa, presidente do Banco de Brasília (BRB).

Paulo Costa, diretor da Desenbahia, afirmou que »



Amazônia e o desafio de combinar preservação ambiental e desenvolvimento regional: experiências apresentadas no Fórum mostram que é possível.

o desenvolvimento regional brasileiro pode ser dividido em duas etapas. Na primeira, dos anos 1950 a 1980, caracterizado por altas taxas de crescimento, o Brasil almejava atingir padrões de vida e desenvolvimento de países europeus. Era baseado no modelo de intervenção do Estado, que planejava, financiava e executava.

“O modelo, porém, era baseado em substituição de importações, sem alargar a base de exportações. Tinha fragilidades intrínsecas e se exauriu no começo dos anos 1980. O segundo período, dos anos 1980 até agora, é caracterizado pelo baixo crescimento e pela ideia básica de se diminuir o tamanho do Estado, que passou a investir menos e a desinvestir por meio dos programas de privatização. Até o momento, ainda não encontramos um novo modelo de crescimento. Mas o novo conceito de desenvolvimento não envolve apenas o aumento do PIB, mas também questões importantes como respeito ao meio ambiente, governança e aspectos sociais”, afirmou Costa.

Daniel Ferreira, secretário-executivo adjunto do Ministério do Desenvolvimento Regional, explicou que o órgão resulta da fusão dos ministérios das Cidades e da

Integração, sendo responsável pelo desenvolvimento regional e urbano de mais de 5,5 mil municípios. As fontes de financiamento incluem o Orçamento Geral da União, o FGTS e fundos constitucionais. Para ele, a redução das desigualdades das três regiões menos favorecidas – Norte, Nordeste e Centro Oeste – está prevista na Constituição. “Com a complementaridade de fontes, conseguimos em 2020 entregar 6,2 mil obras em mais de 4 mil municípios. O desafio agora é alavancar recursos com financiamento privado, como a aprovação do marco regulatório do saneamento”, elencou Ferreira.

O painel também apresentou os resultados das experiências de consórcios no Sul e no Nordeste. O Codesul trabalha em conjunto com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e foi apresentado por Wilson Quinteiro, secretário-executivo do consórcio. Ele informou que, até 2015, o

BRDE financiava apenas o setor privado e foi muito importante para o crescimento do cooperativismo e desenvolvimento.

“A partir de 2015 o banco passou a financiar também o setor público. Criamos o sistema de fomento no Paraná, integrando as ações do banco com a Fomento Paraná, com bons resultados. Além de fazer a integração dos três estados, o Codesul também tem um viés de articulação internacional tratando com câmaras de diversos países e buscando atrair investimentos internacionais. Infelizmente, a Região Sul não tem um fundo constitucional e o Codesul é um instrumento de integração de desenvolvimento”, defendeu Quinteiro.

Sérgio Caetano Leite, subsecretário de programas do Consórcio do Nordeste, informou que o consórcio foi criado há dois anos reunindo os nove estados da região. O organismo tem múltiplas finalidades: da saúde à infraestrutura, passando por temas caros à região, como meio ambiente e sustentabilidade, e pelo financiamento das cadeias produtivas. “A região conta com o Banco do Nordeste (BNB), há o Fundo Constitucional (FNE) e a Sude-ne. Um dos desafios do Consórcio é promover a integração desses instrumentos”, diz Leite.

Paulo Henrique Costa, presidente do BRB, informou que o banco tinha uma atuação muito focada no crédito consignado, muito aquém da necessidade de virar um agente de transformação e desenvolvimento social e econômico influenciando o empreendedorismo.

“Mudamos o planejamento estratégico, crescemos 60% no consignado, mas avançamos no financiamento ao micro e pequeno empreendedor, e entes públicos, financiando projetos de mobilidade e infraestrutura e implementando uma estratégia de banco completo”, elencou Costa.

Valdecir Tose, presidente do Banco da Amazônia, destacou que a Amazônia passou por diversos ciclos econômicos: extrativismo, mineração, pecuária, agricultura e industrialização com base em subsídios tributários. Há diversos desafios, mas para ele o principal é a contenção do desmatamento ao mesmo tempo que se estimula o desenvolvimento.

“O banco está criando linhas de crédito verde. Não tem como pensar o crédito sem pensar em educação para o empreendedorismo e inovação; não há como pensar em agricultura verde sem assistência técnica rural. O grande vai ter de se adaptar, parar de desmatar, pois, caso contrário, não vai conseguir vender sua produção. Já o pequeno produtor obrigatoriamente precisa dessa orientação. O banco, por meio do financiamento, estimula a assistência técnica e a educação”, analisou Tose.

Os ODS podem fornecer as diretrizes para medir o sucesso dos bancos públicos com relação à sustentabilidade.

Sebastian Sommer, GIZ

SUSTENTABILIDADE E INCLUSÃO

Com o tema Uma Transição Sustentável e Inclusiva, o quarto dia do Fórum apresentou pluralidade de visões sobre o tema do desenvolvimento. O primeiro painel “Implementação Agenda 2030: papel dos Bancos Subnacionais de Desenvolvimento” foi moderado por Sebastian Sommer, diretor do Projeto Finanças Brasileiras Sustentáveis (FibraS) na GIZ. Ele destacou a parceria com a ABDE em projetos ligados à sustentabilidade. Para Sommer, serão necessários muitos recursos para financiar a transição para um modelo econômico mais sustentável e apenas o financiamento público não será suficiente. “Bancos nacionais de desenvolvimento têm um papel fundamental na mobilização de capital privado. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) podem fornecer as diretrizes para medir o sucesso dos bancos públicos com relação à sustentabilidade”, defendeu Sommer.

Shari Spiegel, chefe da divisão de análise e desenvolvimento de políticas no gabinete de financiamento para o desenvolvimento do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UN-DESA), afirmou que o financiamento vai além da agenda monetária. “Por conta da Covid-19, aumentamos o risco de ter uma década perdida. Alguns países terão dificuldades de acesso a financiamento e precisamos superar desafios ligados aos ODS”, disse.

No final do painel, foram apresentados os *cases* práticos de bancos subnacionais de desenvolvimento. Leany Lemos, presidente do BRDE, destacou os esforços do banco para diversificar o *funding*, via busca de parceiros multilaterais. Leany também sinalizou o interesse no lança- »

mento de títulos sustentáveis e o acordo de cooperação realizado com o BDMG. “Como um banco público de fomento, temos a missão de gerar desenvolvimento econômico e impactar socialmente. Hoje, 83% dos projetos que financiamos são aderentes aos ODS. O Programa Produção e Consumo Sustentáveis foi o que mais cresceu e já representa 20% do total dos nossos investimentos”, informou.

Sergio Gusmão Suchodolski, presidente do BDMG e da ABDE, destacou que estamos na última década de execução dos ODS e citou dados de estudo da OCDE revelando que 65% das 169 metas dos ODS demandam coordenação com governos locais e regionais para serem implementados.

O segundo painel, Desenvolvimento e diversidade, foi moderado por Maud Chalamet, do Prosperity Fund UK, que destacou que diversidade não é apenas equidade de gênero, mas também racial e de inclusão da população LGBTQIA+. “São questões nas quais ainda existem muitos entraves”, pontuou Maud.

Esse tema e a certeza de que um ambiente plural contribui para a prosperidade da sociedade foram consenso entre os participantes, incluindo Luana Ozemela, cofundadora da Dima Consultoria; Tainá Leite, gerente do Programa Ganha Ganha da ONU Mulheres; e Carlo Pereira, diretor da Rede Brasil do Pacto Global. “A concentração desigual de riquezas entre grupos raciais dentro de um mesmo país prejudica o processo de desenvolvimento das nações em múltiplos sentidos, porque a desigualdade racial leva à provisão insuficiente de bens públicos, desestimula o investimento das pessoas negras, leva à desigualdade política, aumenta a animosidade e os conflitos, produz políticas discriminatórias e enfraquece a democracia e as instituições de livre mercado”, pontuou Luana.

Ao final do painel, foram novamente apresentados os *cases* do Sistema Nacional de Fomento. José Amarildo Casagrande, presidente do Banestes, informou que o banco já trabalha com microcrédito há mais de 18 anos, atingindo uma marca de mais de R\$ 825 bilhões emprestados, sendo 50% para mulheres. “Enxergamos o microcrédito como



Pixabay

Energia solar: debate sobre infraestrutura sustentável reuniu especialistas.

um importante instrumento de inclusão e desenvolvimento social”, resumiu Casagrande.

Marcia Maia, presidente da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN), ressaltou que a instituição tem buscado a democratização do acesso ao crédito e trabalhado no empoderamento econômico de mulheres, jovens e comunidades quilombolas. “Cerca de 60% dos empreendedores da AGN são mulheres”, destacou Márcia, ao apresentar experiências de sucesso com microcrédito no interior do estado.

No terceiro painel, Infraestrutura Sustentável, participaram Jean François Habeau, diretor-executivo do Global Fund for Cities Development; Giancarlo Ortega, gerente de infraestrutura e energia da IFC; e Felipe Ezquerro Plazencia, *head* para o Conesul da Divisão de Energia e infraestrutura do BID Invest. Sávio Caçador, gerente de planejamento do Bandes, moderou o painel, destacando que o Brasil está há 40 anos com a economia estagnada devido, entre outros fatores, ao baixo investimento em infraestrutura, que agora precisam ser feitos de forma alinhada aos ODS.

Carla Primavera, Superintendente da Área de Energia do BNDES, e Heraldo das Neves,

presidente da Fomento Paraná, apresentaram os *cases* do Sistema Nacional de Fomento. Carla ressaltou que a necessidade de infraestrutura e a transição para uma economia de baixo carbono trazem o desafio de equacionar *fundings* e exigem um esforço de todos. Ela apresentou o exemplo do Complexo Solar Guimánaria, de 62 MW, com R\$ 196,78 de financiamento do BNDES e R\$ 43 milhões financiados com debêntures de infraestrutura, uma alternativa de atrair capital privado.

Heraldo das Neves relembrou a parceria da Fomento Paraná com o BID, que ajudou a inculcar na agência a agenda de sustentabilidade. A partir da cooperação, a agência passou a avançar no financiamento da infraestrutura sustentável, sem esquecer os demais vetores da agenda sustentável, incluindo as áreas social e econômica. “Tivemos alguns resultados como o escritório de projetos voltado à economia verde; todo o nosso escopo socioambiental reformado; e agora temos um comitê responsável pela agenda sustentável. Estamos desenvolvendo com a Copel o programa de eficiência energética Escola Energia Zero, com um piloto em escolas estaduais de oito municípios”, informou Neves.

Ao final da manhã, uma mesa-redonda especial foi moderada por Luiz Esteves, economista-chefe do Banco do Nordeste, e reuniu Martin Rama, economista-chefe do Banco Mundial para a América Latina e Caribe, e Paulo Medas, chefe da divisão de política Fiscal e supervisão do FMI. Os debates giraram em torno dos desafios e das oportunidades para a mudança para uma economia mais sustentável e inclusiva. “Esse é o momento de focar em investimento público. O setor privado ainda está deprimido, porque as empresas e pessoas estão aguardando para ver o que o futuro aguarda”, disse Medas, que afirmou também a importância da implantação de políticas de assistência social para auxiliar os mais pobres e dar sobrevida às empresas. “Os governos tiveram que encontrar soluções rápidas por meio dos sistemas existentes. O Brasil criou novos programas que ajudaram a lidar com a pobreza, mas é importante ter essas redes de proteção social permanentes”, avaliou.

Martin Rama acredita que, apesar de a situação na América Latina ainda ser extremamente delicada, a crise trouxe novas oportunidades para os países do continente. “Existem muitas razões para sermos bem pessimistas em relação ao impacto da pandemia e também alguns motivos para otimismo. Há perda de capital humano, crianças não vão à escola, empresas com dívidas, pessoas saindo do mercado de trabalho. Mas, pela primeira vez na América Latina, temos uma mudança estrutural forte, difícil de atingir através de políticas econômicas”, disse.

No encerramento do dia, Jorge Moreira da Silva, di- >



Shari Spiegel, UN-DESA, participou do painel sobre a implementação da Agenda 2030.



Sergio All, da Conta Black, foi um dos palestrantes do painel sobre inclusão financeira.



Agricultura 4.0: digitalização e inovação no campo.

retor de cooperação para o desenvolvimento da OCDE, afirmou que a história do desenvolvimento do Brasil tem impacto e traz lições para os diferentes processos de desenvolvimento de diversos outros países emergentes.

“Como bem notaram os especialistas dos bancos de desenvolvimento, o PIB brasileiro foi praticamente o mesmo em 2019 e em 2012. Quando a economia estava se recuperando, a pandemia da Covid-19 atingiu em cheio o progresso do país, causando grande sofrimento humano e provocando uma profunda recessão. Se bem feita, a recuperação da pandemia será o ponto chave para o crescimento com sustentabilidade”, recomendou o diretor da OCDE.

FUTURO DO DESENVOLVIMENTO

O último dia do Fórum debateu o Futuro do Desenvolvimento no Brasil. O primeiro painel abordou a “A economia brasileira em transição”, moderado por Lavínia Barros de Castro, economista do BNDES. O painel foi dividido em dois blocos. O primeiro, dedicado às questões da indústria e do emprego, contou com apresentações de Carlos Pinkusfel, do Instituto de Economia da UFRJ, e de José Roberto Afonso, do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP); tendo como comentaristas Luciano Schweizer, especialista líder do BID, e Sávio Caçador, gerente de planejamento do Bandes. O segundo bloco tratou das questões de infraestrutura e das condições macroeconômicas para a retomada.

Carlos Pinkusfel afirmou que não há dúvida de que o mundo está em transição multipolar e geopolítica sem volta, além das transições tecnológica e energética. Há um dinamismo mundial, embora no Brasil não esteja ocorrendo esse dinamismo. Ele demonstrou que a renda *per*

capita ficou parada e só volta ao patamar de 2014 em 13 anos, num cenário otimista, com crescimento de 2,5% ao ano; se o cenário for realista, com crescimento de 1,5%, a renda *per capita* só volta em 18 anos. Isso em um mundo em transição acelerada.

“Esse péssimo desempenho se deve ao fato de que estamos mal no mundo. Nossos picos de produção industrial foram em 2013 e 2014. Desde então, houve uma queda de 22% na produção de bens de capital e de 22,5% em bens de consumo duráveis, ou seja, estamos muitos pontos abaixo do que estávamos há sete anos. É fundamental retomar o crescimento para aumentar a industrialização. Houve várias políticas industriais – 2004, 2008, 2011 – mas o resultado foi aquém do esperado. Há muito dever de casa para fazer para o país se inserir nessa transição mundial”, defendeu Pinkusfel.

José Roberto Afonso, do IDP, diz que estamos diante de um grande desafio conjuntural e estrutural, mas também num momento ímpar para fazer mudanças. Para ele, não vamos voltar ao que éramos antes. “Não temos de mirar na recuperação e sim na construção. Antes da chegada do coronavírus, já estávamos diante de um dilema com a sucessão de crises econômicas. Somam-se dois fatores estruturais: a automação, uma tendência irreversível e destruidora de empregos; e a do trabalho independente, especialmente entre os mais jovens que não querem um emprego fixo. Tudo isso abala políticas públicas baseadas em emprego e salário. Temos o desafio de não só gerar emprego, mas também trabalho, e reconstruir as políticas públicas”, analisou Afonso.

No segundo bloco, a economista Julia Braga, da Universidade Federal Fluminense (UFF), discorreu sobre as perspectivas da retomada, e o economista Rafael Ribeiro, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sobre infraestrutura e a sua relação com pobreza e desigualdades. Também participaram como comentaristas: Aduino Modesto, economista chefe do BDMG; e Luiz Esteves, economista chefe do Banco do Nordeste.

Rafael Ribeiro destacou a queda nos investimentos em infraestrutura, o que gera gargalos no sistema produtivo e impede que as empresas avancem na produção de bens mais sofisticados.

Ele citou o setor de energia bastante deteriorado e, se o país tiver um pequeno crescimento, há uma pressão no setor e aumento de tarifas. “Desde 2014 houve uma queda de 52% no investimento público, muito maior que do investimento privado, de 17%. Isso gera um nível de ofertas de infraestrutura insuficiente”, resumiu.

Julia Braga afirmou que o Brasil está numa situação sem precedentes nas últimas décadas, que acabou afetando o estoque de capital líquido, que parou de crescer a partir de 2015, ao contrário do que vinha acontecendo desde 1996, e está havendo até uma leve queda. “Há um debate que diz que o Brasil não é os EUA e, portanto, não deveria ter investimento em infraestrutura como o anunciado pelo presidente Joe Biden. Mas o Brasil tampouco é a África do Sul, que está fazendo um plano de recuperação baseado em infraestrutura da ordem de US\$ 173 bilhões, nos próximos dez anos. De fato, o Brasil não é os EUA, mas tem ativos em dólar de R\$ 347 bilhões em reservas cambiais, sete vezes maiores que o da África do Sul – um país com muito menos que está fazendo muito mais”, alertou Julia Braga.

O segundo painel do dia teve como tema o Futuro do Desenvolvimento no Brasil e reuniu governadores de sete estados brasileiros: Fátima Bezerra, do Rio Grande do Norte, Eduardo Leite, do Rio Grande do Sul, João Dória, de São Paulo, Romeu Zema, de Minas Gerais, Wellin-

gton Dias, do Piauí, Ronaldo Caiado, de Goiás, e Flávio Dino, do Maranhão. Eles apresentaram projetos de desenvolvimento realizados em suas regiões e ressaltaram a importância do Sistema Nacional de Fomento para o país.

No encerramento, o presidente da ABDE e do BDMG, Sérgio Gusmão Suchodolski, conduziu uma conversa que contou com a participação do presidente da Alide, Carlos Guinaris, e do representante residente adjunto da PNUD no Brasil, Carlos Agoleda. Na ocasião foi realizada a assinatura de um acordo de cooperação entre a ABDE e a Alide, que prevê uma série de atividades conjuntas com o intuito de contribuir para o cumprimento das metas da Agenda 2030 e o desenvolvimento sustentável da América Latina pós-covid.

O presidente da ABDE destacou que o Fórum chegou ao fim com a mensagem principal de que a crise da Covid-19 necessita, mais do que nunca, que o conjunto das instituições encare as transformações vivenciadas na sociedade e as impulse para a busca do desenvolvimento desejado. A América Latina foi uma das regiões mais impactadas nessa crise tanto em termos sanitários quanto econômicos. “Se medidas não forem adotadas, podemos viver uma nova década perdida na região. Esse alerta nos faz pensar em como as instituições de desenvolvimento devem agir para evitar mais danos e possibilitar essa tão importante mudança de rota”, disse.

“Diante da gravidade do impacto da crise na América Latina, precisaremos estar unidos e contar com as instituições fortalecidas”, afirmou o presidente da ABDE, exaltando o acordo de cooperação celebrado com a Alide como um passo nessa direção.



Os diversos especialistas ouvidos no Fórum afirmaram um consenso: a retomada do desenvolvimento deve se dar em bases sustentáveis.

Divulgação



BRDE VIABILIZA R\$ 394 MI PARA ENERGIAS LIMPAS NO PARANÁ

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) destinou nos últimos quatro anos, no Paraná, R\$ 394 milhões a financiamentos para empresas com propostas na área de energia limpa. Os maiores montantes foram pelo programa Fundo Clima, com R\$ 60,82 milhões, e por meio da parceria com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), com mais R\$ 96,40 milhões. O programa Fundo Clima tem como finalidade garantir recursos para apoio a projetos e financiamento de empreendimentos que tenham como objetivo a mitigação das mudanças climáticas. “É preciso contribuir com uma nova estruturação da cadeia industrial brasileira”, afirmou Wilson Bley, vice-presidente e diretor de Operações do BRDE.

BANDES É CLASSIFICADO COM NOTA AA POR PERFORMANCE FINANCEIRA

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) foi atribuído com nota AA, na perspectiva nacional, pela agência internacional de classificação de risco de crédito FitchRating. Para estabelecer a classificação são estudados aspectos sociais, econômicos e políticos, assim como características do agente financeiro. Com a nota, o Bandes se credencia, entre outras possibilidades, para ampliar a captação de recursos em bancos multilaterais internacionais. Este processo é uma inovação adotada pela instituição como forma de ampliar os recursos disponíveis para os empresários do estado.

O diretor-presidente do Bandes, Munir Abud de Oliveira, destaca que o *rating* reflete a consistência da forte performance financeira da instituição e consolida a imagem do banco para os mercados nacional e internacional.

“Este reconhecimento nos permite reforçar nosso empenho em captar recursos com custo operacional mais baixo e, assim, oferecer ao empresariado programas de fomento e linhas de financiamento que permitam o desenvolvimento e o fortalecimento da economia capixaba”, ressaltou Oliveira.

COOPERADOS DO SICOOB ECONOMIZAM R\$ 8,3 BI EM 2020

Levantamento realizado pelo Sicoob aponta que, em 2020, cada cooperado ativo, somando os benefícios da precificação mais em conta e do resultado contábil do Sistema, teve um retorno médio de R\$ 3,1 mil. Apenas os valores economizados na utilização dos produtos e serviços totalizaram R\$ 8,3 bilhões. O cálculo foi feito com base na diferença entre os preços médios do Sicoob e os dos *players* do Sistema Financeiro Nacional.

Ênio Meinen, diretor executivo de Coordenação Sistêmica e Relações Institucionais do Sicoob, explica que a prática de preços menores nas cooperativas financeiras tem a ver com as características societárias do segmento, que não visam o lucro.

“As cooperativas financeiras são atores importantes na oferta de soluções de natureza bancária e equivalentes, contribuindo para a melhoria da competitividade no sistema financeiro nacional e prosperidade nos territórios assistidos”, avalia.



BNDES FINANCIA MAIOR COMPLEXO DE ENERGIA SOLAR DA AMÉRICA LATINA

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai financiar a implantação de 14 usinas fotovoltaicas, que geram energia elétrica a partir do sol, no município de Janaúba, em Minas Gerais. O empreendimento tem capacidade de gerar 700 Megawatts (MW) de energia limpa e renovável para o sistema elétrico brasileiro, o equivalente ao abastecimento de 933 mil residências. O projeto é o maior complexo solar em construção na América Latina. Além disso, as obras para a instalação das usinas vão gerar 1.265 postos de trabalho.

“O apoio ao complexo fotovoltaico demonstra o compromisso com projetos que ampliem a participação das fontes renováveis na matriz energética brasileira. Além de gerar emprego e renda no entorno, o projeto concilia a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento do país”, explicou Petrônio Cançado, diretor de Crédito a Infraestrutura do BNDES.

AGN LIBERA R\$ 1,2 MI PARA EMPREENDEDORES

A Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN) garantiu investimento de R\$ 1,2 milhão para 247 empreendedores de 20 cidades potiguares na última semana de abril. As liberações dos financiamentos para microempreendedores formais e informais vão assegurar capital de giro ou recursos para investimento.

Para a diretora-presidente da agência, Márcia Maia, o apoio aos empreendedores por meio de uma forte política pública de democratização do crédito tem sido fundamental. “A AGN passou a atuar de maneira ainda mais próxima do empreendedor, com cada vez mais parceiros da sociedade civil e do setor público. Assim, temos estado mais próximos das necessidades que precisam ser contempladas por nosso trabalho”, destacou.

Em pouco mais de dois anos, empreendedores potiguares conseguiram uma injeção de recursos superior a R\$ 53 milhões, em mais de 13 mil operações de crédito.

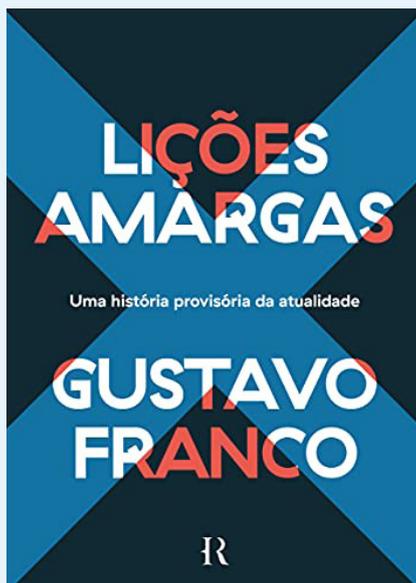
SICREDI CAPTA RECURSOS PARA FOMENTAR USO DE ENERGIA SOLAR

O Sicredi firmou acordo de parceria para captação com a International Finance Corporation (IFC), membro do Grupo Banco Mundial, para estimular projetos de energia solar. A linha de crédito internacional é de US\$ 120 milhões (cerca de R\$ 600 milhões) e vai financiar projetos de energia solar dos associados da instituição em todo o Brasil.

“A busca por iniciativas ecoeficientes, como o uso de energia renovável, está alinhada a um movimento global relacionado à redução das emissões de gases de efeito estufa, ao qual estamos engajados no Sicredi. Almejamos sempre alternativas para que os nossos associados tenham acesso ao crédito de forma rápida e segura para apoiar seus projetos sustentáveis e, ao mesmo tempo, estamos criando soluções para também tornar a nossa atuação ainda mais sustentável”, explica João Tavares, presidente executivo do Banco Cooperativo Sicredi.

Integrante do Pacto Global proposto pela ONU, o Sicredi é comprometido com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Na operação junto à IFC estão sendo atendidos os objetivos 7, 9, 13 e 17, que tratam, respectivamente, de Energia acessível e limpa; Indústria, inovação e infraestrutura; Ação contra a mudança global do clima; e Parcerias e meios de implementação.

A carteira de crédito do Sicredi para financiamento de projetos para uso de energia solar no Brasil totalizou R\$ 2,8 bilhões em fevereiro deste ano, com aumento de 104% em relação ao mesmo mês do ano passado.



Lições amargas: Uma história provisória da atualidade
Gustavo Franco
Intrínseca, 2021, 256 p.

QUESTÕES BRASILEIRAS

Em seu novo livro, o economista Gustavo Franco parte das controvérsias que se impuseram ao longo de 2020 e 2021, em função da crise da Covid-19, para uma análise ampla sobre problemas históricos brasileiros, desde as razões da estagnação econômica durante o Império até as consequências da adoção do bitcoin e outras moedas digitais. O objetivo é refletir não apenas sobre os problemas, mas sobre como a nossa forma de pensar a respeito deles vem se transformando, com profundas e imprevistas consequências.

A obra também diseca a questão das reformas, sempre presentes na discussão nacional, reconhecidas como necessárias pela maioria dos protagonistas da vida pública, mas que envelhecem antes mesmo de serem aprova-

das. Para o autor, o próprio conceito de reforma foi cooptado pelo estamento político para a construção de um discurso pretensamente modernizador, mas, na prática, voltado para o adiamento de qualquer mudança que contrarie poderosos interesses.

Com misto de ironia e erudição, o economista aponta lições amargas dos anos de estagnação e da tendência brasileira aos “remédios milagrosos”, para traçar os caminhos acidentados, porém ainda possíveis, de um reencontro com a nação que desejamos ser.

Mestre em economia pela PUC-Rio e Ph.D. pela Universidade de Harvard, Gustavo Franco foi presidente do Banco Central do Brasil e é considerado um dos principais formuladores do Plano Real.



A era dos muros: por que vivemos em um mundo dividido
Tim Marshall
Zahar, 2021, 352 p.

MUROS E CERCAS

Mais de um terço dos Estados-nação do mundo têm bloqueios ao longo de suas fronteiras. Ainda que o planeta sempre tenha sido separado por diferentes tipos de construções – da Muralha da China ao Muro de Berlim –, uma nova era de isolacionismo e nacionalismo despontou nas últimas décadas. Neste livro, o jornalista e escritor Tim Marshall analisa as questões que moldarão as relações geopolíticas dos próximos anos.

A questão dos muros ganhou visibilidade com a tentativa norte-americana na fronteira com o México e com o Brexit da Grã-Bretanha, mas Marshall argumenta que a extensão do problema é muito maior: apenas no século XXI foram erguidos milhares de quilômetros de muros e cercas, desde a China, com

o Grande Firewall, proteção digital que bloqueia a entrada da cultura ocidental; até a blindagem de países da Europa contra imigrantes, terrorismo e dificuldades econômicas dos países vizinhos; e experiências diversas de isolacionismo em regiões distintas, como a África do Sul, o Oriente Médio e a Coreia.

A era dos muros busca organizar as peças do tabuleiro mundial e compor um mapa detalhado para explicar o que está por trás dessas divisões físicas ou tecnológicas. Partindo de regiões geográficas centrais e utilizando suas experiências como repórter em importantes áreas do globo, Marshall analisa o cenário político por centenas de anos – em especial desde 2001 – e como ele determina a geopolítica da atualidade.



Direito e economia do trabalho
Armando Castelar Pinheiro, Antônio Maristrello Porto e Patricia Regina Pinheiro Sampaio (orgs.)
Portfolio Penguin, 2021, 200 p.

MERCADO DE TRABALHO

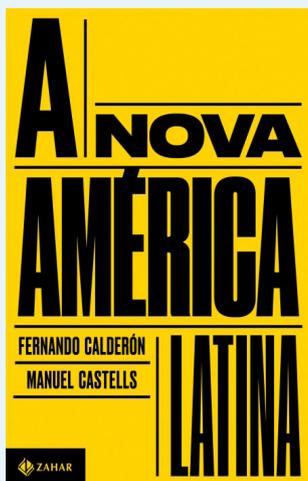
Coordenado pelos professores Armando Castelar Pinheiro, Antônio Maristrello Porto e Patricia Regina Pinheiro Sampaio, da Fundação Getúlio Vargas, o livro apresenta um conjunto de contribuições que conjugam as perspectivas jurídica e econômica na análise das relações de trabalho. Os artigos contextualizam a realidade do mercado nacional, as recentes reformas da legislação, as principais questões atinentes à previdência social e o problema da informalidade.

A obra está dividida em quatro capítulos: no primeiro, a economista Cecília Machado, com vasta experiência em economia do trabalho, microeconomia e econometria, faz um denso apanhado sobre a regulação do mercado do trabalho no Brasil; na sequência, o advogado e professor de legislação social Daniel

Queiroz Pereira analisa e relaciona direito e economia nas relações individuais de trabalho.

O terceiro capítulo, de autoria do advogado e professor Fábio Zambitte Ibrahim, é dedicado à previdência social brasileira na Constituição de 1988, com um apanhado histórico da questão em diversos países e a avaliação sobre o sistema previdenciário num contexto de crise como a atual.

Por fim, o economista Fernando Veloso se debruça sobre as relações de trabalho e informalidade. Com o apoio de gráficos e tabelas, faz considerações a respeito da informalidade nas regiões não metropolitanas e metropolitanas e sobre a informalidade nas empresas e suas influências no mercado de trabalho e na própria economia.



A nova América Latina
Fernando Calderón e Manuel Castells
Zahar, 2021, 352 p.

AMÉRICA LATINA EM EBULIÇÃO

Dois dos mais destacados sociólogos da atualidade, o espanhol Manuel Castells e o boliviano Fernando Calderón, apresentam neste livro um estudo abrangente e atualizado de uma nova América Latina a partir de suas dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais. A obra é resultado de extensa pesquisa realizada pelos autores em busca de um retrato fiel de um continente em ebulição.

Manuel Castells é professor titular da Universidade do Sul da Califórnia e da Universidade Aberta da Catalunha e considerado o principal intelectual da sociedade contemporânea conectada. Fernando Calderón possui uma extensa trajetória em importantes organismos internacionais, como Clacso, Cepal e Pnud, e é um dos mais importantes estu-

diosos da América Latina.

No livro, eles apontam que, apesar de uma melhora dos indicadores básicos de desenvolvimento humano, a região permanece a mais desigual do mundo – marcada pela urbanização descontrolada, o avanço da violência e do medo, a penetração do Estado pelo narcotráfico e a destruição do meio ambiente. A crise de legitimidade política e a corrupção do Estado na maioria do continente teriam aberto caminho para a fragmentação das democracias liberais.

No entanto, há caminhos de esperança: em meio às mudanças experimentadas, surgem novos movimentos que marcam as possibilidades de uma história centrada na ética da dignidade, da diversidade e da ecologia.

EXPEDIENTE



Sede: SCN – Qd. 2 - Lote D, Torre A Salas 431 a 434
Centro Empresarial Liberty Mall - Brasília - DF - CEP 70712-903
Telefone: (61) 2109.6500
E-mail: abde@abde.org.br

Escritório: Avenida Nilo Peçanha, 50 – 11º andar
Grupo 1109 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20020-906
Telefone: (21) 2109.6000
E-mail: gecom@abde.org.br

CONSELHO DOS ASSOCIADOS
Presidente: Gustavo Montezano

DIRETORIA

Presidente: Sergio Gusmão Suchodolski
1º Vice-Presidente: Jeanette Halmenschlager Lontra
2º Vice-Presidente: Valdecir Tose
Diretores: Heraldo Alves das Neves, Paulo de Oliveira Costa, Rivaldo Aguiar Pereira, André Luz Godoy, Bruno Laskowsky, Cledir Assisio Magri e Leany Sousa Lemos.

Secretário-Executivo: José Luis Gordon

INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS À ABDE

AFAP – Agência de Fomento do Estado do Amapá S.A.
AFEAM – Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A.
AGE – Agência de Empreendedorismo de Pernambuco
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS
AGERIO – Agência Estadual de Fomento
AGN – Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A.
BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.
BADESUL – Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento
BANCO DA AMAZÔNIA – Banco da Amazônia S.A.
BANCO SICREDI – Banco Cooperativo Sicredi S.A.
BANCOOB – Banco Cooperativo do Brasil S.A.
BANDES – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A.
BANESTES – Banco do Estado do Espírito Santo S.A.
BANPARÁ – Banco do Estado do Pará S.A.
BB – Banco do Brasil S.A.
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.
BNB – Banco do Nordeste S.A.
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
BRB – Banco de Brasília
CRE SOL - Cresol Confederação
DESENBÁHIA – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.
DESENVOLVE – Agência de Fomento de Alagoas S.A.
DESENVOLVE MT – Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S.A.
DESENVOLVE RR – Agência de Desenvolvimento de Roraima S.A.
DESENVOLVE SP – Agência de Desenvolvimento Paulista
FINEP – Inovação e Pesquisa
FOMENTO PARANÁ – Agência de Fomento do Paraná S.A.
GOIÁS FOMENTO – Agência de Fomento de Goiás S.A.
PIAÚÍ FOMENTO – Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A.
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SIGA A
ABDE NAS
MÍDIAS
DIGITAIS



@abdeoficial



@abde_oficial



/company/abde

Rumos

Redação e Administração

Rua da Assembleia, 10, 35º andar
Sala 3506
Rio de Janeiro RJ CEP: 20020-906
Telefone: (21) 2109.6041
Email: rumos@abde.org.br
www.abde.org.br

Gerente de Comunicação & Editora

Thais Sena Schettino

Equipe

Jader Moraes, Noel Joaquim Faiad
e Maitê Rodriguez (estagiária)

Revisão

Mariana e Renato R. Carvalho

Capa

Freepik

Impressão e CTP

J. Sholna Reproduções Gráficas

Distribuição

Agência Imperial - Rio de Janeiro

Publicação bimestral

ISSN 1415-4722

Ano 44 - nº 314 - Abril/Maio/Junho 2021

Tiragem: 800 exemplares

As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião da ABDE. Sua reprodução é livre em qualquer outro veículo de comunicação, desde que citada a fonte.

Prêmio ABDE-BID

Edição 2021

Divulgação dos vencedores em setembro
www.abde.org.br



VIVA A SOCIEDADE COOPERATIVA

**EU ERA CLIENTE
E TINHA RAZÃO.
AGORA SOU COOPERADA
E TENHO PARTICIPAÇÃO.**

Pelo App Sicoob, você pode ser dono de uma Cooperativa, participar dos resultados financeiros e fazer parte de um movimento que está transformando a vida de milhões de pessoas e seus lugares.



**Baixe o App Sicoob
e abra sua conta.**

Central de Atendimento 24h:

Capitais e regiões metropolitanas: 4000 1111
Demais localidades: 0800 642 0000

Ouvidoria: 0800 725 0996 - de seg. a sex., das 8h às 20h
ouvidoriasicoob.com.br | Deficientes auditivos ou
de fala: 0800 940 0458 - de seg. a sex., das 8h às 20h

**Descubra uma vida financeira
feita de propósitos e valores.**

SICOOB
Faça parte.